

Ata da Reunião do Conselho

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA.

Ocorrida aos três dias de dezembro de dois mil e cinco, à 08:30h em primeira convocação, e às 09:00h em segunda convocação com qualquer número de Conselheiros presentes, na Sala de Reuniões sito à Rua João Negrão, 169 – Centro, 1º andar, no Hotel San Martin, nesta Capital. Estiveram presentes no período da manhã, os seguinte conselheiros governamentais: Vera Lúcia Raggiotto (Instituto de Ação Social do Paraná – IASP); Marina Cerqueira Leite de Freitas (Procuradoria Geral do Estado – PGE); Elyane Neme Alves (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL); Denise R. Arruda Colin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Maria Leonor Zanella (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Jucimeri Isolda da Silveira (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Manuel Nunes da Silva Neto (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP). Conselheiros da Sociedade Civil Organizada: Juliana Molinari (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS); Antonio José Portes Junior (Centro Espirita Manoel Figueira Netto); Valter Pedro Zancanaro (Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC); Terezinha de F. Inocente Bitencourt (Associação Pais e Amigos dos Excepcionais Apae Bela Vista do Paraíso); Eva Marlene Munhoz Losano Leonel (Associação Comunitária para Des. Da terceira Idade - ACODETI); José Cícero dos Santos (Escola Comunitária do Trabalho); Angela Carvalho Kotsubo (Associação Pais e Amigos dos Excepcionais –APAE- de Paranavaí); Maria Aparecida Melo M. Tamparowsky (Programa do Voluntariado Paranaense – Provopar Assis Chateaubriand); Salete Tubiana dos Santos (Sind. dos Empregados do Comércio – Foz do Iguçu). A presidente Terezinha, deu as boas vindas aos participantes, em especial aos não governamentais, por estarem disponíveis no dia de sábado, dando as boas vindas também à conselheira Marina Cerqueira da PGE (Procuradoria Geral do Estado do Paraná) em substituição a conselheira Josiane. Em seguida, sugeriu que todos os presentes se apresentassem, para que a nova conselheira

pudesse conhecer a todos. Após as devidas apresentações, a presidente deu continuidade à reunião.

1. Aprovação da pauta;

Em seguida, a presidente Terezinha submeteu a pauta para a aprovação da plenária, pedindo aos demais conselheiros que, se fosse oportuno, apontassem o que deveria ser incluído ou excluído da pauta. A conselheira Denise Colin sugeriu que fosse colocado como ponto de pauta o horário da reunião e que esta tivesse encerramento às 13:00. A presidente Terezinha propôs que o término da reunião não ultrapassasse as 12:30h, tendo em vista a participação da maioria dos conselheiros na V Conferência Nacional, com saída prevista para domingo pela manhã, o que demandaria tempo para atendimento de questões pessoais, no sábado. A conselheira Denise informou que os delegados que participariam da conferência receberão um kit contendo: as deliberações e aprovações da VI Conferência Estadual da Assistência Social; a programação da V Conferência Nacional e demais informações referente à viagem. A presidente citou que se não houver sem mais assuntos incluídos na pauta, além dos citados, a plenária venceria a pauta no tempo aprovado para o término da reunião. Ainda, a conselheira Denise sugeriu como ponto de pauta o assunto referente ao calendário para o ano de 2006. A presidente informou que esse assunto já estava contemplado na pauta enviada aos conselheiros, juntamente com a convocação.

2. Aprovação da Ata;

Prosseguindo com a reunião, a presidente Terezinha submeteu a ata de setembro para aprovação, porém, incluiu comentário de que, apenas as atas das reuniões do ano de 2005, até julho, estão disponíveis no site da SETP. A Sra. Maria Lúcia, secretária geral dos Conselhos, informou que a não visualização das atas deve-se a ajustes que estão sendo efetuados na base do Sistema, mas, que todas as atas aprovadas estarão sendo incluídas até o final de dezembro/05. Retomando a aprovação das atas, a presidente pediu o posicionamento da plenária com relação a análise do conteúdo e necessidade de alterações. Referente à ata de setembro, a presidente mencionou a ausência de informações com relação ao relatório da comissão de Documentação e Cadastro, além de exposição de outras informações em uma linguagem adequada, nas atas de setembro, bem como na de novembro. Pedindo a palavra, a Sra. Maria Lúcia posicionou que efetuou o encaminhamento das atas nos kits, porém, em função de priorizar atividades referente aos encaminhamentos para a V Conferência Nacional, não efetuou,

anteriormente, a revisão das atas digitadas. Sendo assim, solicitou que as aprovações ocorressem na próxima reunião, quando terá procedido a revisão para facilitar o entendimento de conteúdo para aprovação. A presidente sugeriu que os conselheiros não governamentais se reuniram no período da tarde para efetuar ponderações em relação ao conteúdo das atas e, desse modo, contribuíssem para a agilidade dos acertos necessários. Na seqüência, a Conselheira Vera apresentou a Sra. Rossana, técnica do IASP (Instituto de Assistência Social do Paraná) que também acompanhará as reuniões do CEAS, juntamente com a conselheira Vera, como apoio técnico.

3. Informes da Secretaria Executiva;

A Sra. Maria Lúcia secretária geral dos Conselhos, iniciou informando que a maioria das demandas de correspondências da secretaria foram referentes à Conferência Nacional. Em relação aos trâmites e logísticas da viagem dos delegados à Brasília, informou que houve necessidade de ação de contingência referente ao custeio de diárias para os delegados não governamentais, quando o CNAS custeará as despesas somente após o dia 05/12. Assim, como todos chegam no dia 04/12, a SETP, assumiu as despesas do dia 04/12 ao dia 05/12, também para os delegados não governamentais, determinando logística específica para atendimento à situação.

4. Diretrizes e roteiro para elaboração do Plano Estadual.

A presidente Terezinha informou que foi discutido o preenchimento do Álbum de Fotografias do Estado do Paraná, ressaltando na elaboração levantamento de dados baseado nas diretrizes do CNAS. Analisando o documento respondido, verificou-se a necessidade de fazer um roteiro mais prático, para que o Conselho tenha um plano próprio no final de cada ano, e não um bi-anual, como feito, até então. Citou que, estariam analisando todos esse dados, viabilizando ações para o ano de 2006, em janeiro próximo. Com a palavra, a conselheira Jucimeri relatou sobre duas grandes estratégias para dar continuidade na implantação do SUAS no Paraná, onde a primeira proposta será de construir um plano decenal no Estado, devendo ser estruturado depois da Conferência Nacional, informando que, no Fórum de Secretários de Estado, já existe um plano bem elaborado com uma proposta de implantação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), de médio e longo prazo, e que terá sua discussão na CIT (Comissão Intergestora Tripartite). O Plano deverá se basear, ainda, nas deliberações da Conferência Estadual e dos debates em outras instâncias e possa

ser transformado em projeto de lei para os próximos dez anos, possibilitando a sua viabilidade junto à esfera pública. O segundo ponto relatado pela conselheira é relacionado à elaboração do Plano Estadual, esclarecendo que o Conselho conta com um Plano Plurianual elaborado no início da gestão do CEAS, que indica uma nova lógica, com base na política de proteção básica e especial, informando que não existe, em cada exercício, um detalhamento de que metas devam ser priorizadas. Esclareceu, ainda, que o plano se baseia num grande diagnóstico do panorama da pobreza no Estado do Paraná, informando, também, que o CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) não possui um plano nacional. A conselheira Denise Colin expôs a necessidade de um detalhamento do plano e informou que se faz urgente a proposta do plano plurianual. Relatou, também, a estruturação do Fundo de Assistência Social e de como deverá ser aplicado. Continuou, informando que a elaboração do Plano Estadual deverá ser baseada nas deliberações da última Conferência do CEAS, relatando que não existe viabilidade de concluir o plano, pois ainda não há definição do Orçamento para 2006. A conselheira Denise, ainda, lembrou que o próximo ano trata-se de ano eleitoral, bem como de encerramento de gestão, tanto do Conselho em maio quanto da gestão governamental. Portanto, o referido plano, deverá ser elaborado e apresentado na reunião de março/2006. A conselheira Jucimeri citou que a proposta de implementação para o Plano Estadual para 2006 já existe, devendo ser melhor detalhado. Quanto ao Plano Decimal as metas definidas nas Conferências devem ser projetadas e assumidas nas esferas públicas, independente de composição e gestão, tanto do Conselho, quanto do Governo. Citou, ainda, a necessidade de definição de roteiro e diretrizes como estratégias, considerando diagnósticos detectados nas Conferências. A conselheira Denise posicionou que a SETP elaboraria sem esboço do roteiro a ser discutido na primeira reunião do CEAS de 2006. A presidente Terezinha, citou que o CEAS, também deverá elaborar um plano do Conselho, classificando as metas a serem atingidas, para que, assim, possam ao final de cada ano, ser avaliadas as ações do Conselho, possibilitando a visualização das metas executadas. A conselheira Jucimeri informou que o plano, de responsabilidade da equipe técnica do órgão gestor (SETP), poderá ser composto da seguinte forma: apresentação da presidente do Conselho, uma introdução elaborada pela equipe técnica da conselheira Denise; tendo como 1º- item " A política Estadual da Assistência Social"; 2º- Articulação com os Conselhos de Segurança

Alimentar e de Defesa de Direitos; 3º- Aprimoramento da Gestão (VER MATERIAL DA JUCIMERI E DENISE PARA COMPOR ANEXO DESSA FALA). A conselheira Jucimeri, comentou sobre Sistema da informação. Cita que existe a proposta de implantação do "Atlas" social, até o mês de março; Restruturação da SETP para direcionamento em relação ao apoio técnico aos Municípios através dos Escritórios Regionais (VER FALA COM JUCIMERI). A conselheira Denise informou que participou de uma reunião com os Secretários de vários Estado, na cidade de São Paulo, onde foi proposto a elaboração de um sistema de controle dos municípios que estão em processo de habilitação (inicial, básica ou plena) e das ações que os municípios se comprometeram em realizar, referente à essas habilitações, tendo como responsáveis os participantes da CIT (Comissão Intergestora Tripartite), viabilizando assim, o acesso das informações. Citou, também, que será confeccionado Regimento Interno das CIB's (Comissão Intergestora Bipartite) de todos os Estados. A conselheira Jucimeri relatou que deverá ser realizado, para o ano de 2006, capacitação e encontros, sugerindo como 4º eixo das Ações do Conselho. O conselheiro Manuel sugeriu que o Plano trabalhe o CRAS(Centro de Referência de Assistência Social) como materialização da política. O conselheiro prossegue, propondo a "Integração de Política Sociais e "Relacionamento entre Conselhos Estaduais", atendendo práticas antigas, porém, ajustando com inserção de atualização de idéias. A conselheira Denise propôs a retomada das reuniões ampliadas com demais Conselhos Estaduais, com intercessão de idéias, como por exemplo, Secretária da Saúde e Educação. A conselheira Jucimeri reforçou a importância das reuniões ampliadas, não impedindo, dessa forma, que os Conselhos façam ações individuais, mas, reforçando as ações articuladas entre Conselhos. A conselheira sugeriu, ainda, que seja efetuado convite a um especialista em planejamento, para proceder explicação sobre elaboração de planejamento. Continuou que se faz necessário, convidar pessoas especialistas em temas que o Conselho venha à discutir, como uma análise de conjunto. A presidente Terezinha concorda e reforça dizendo que a capacitação deve ter um direcionamento voltado, especialmente, para questões dos direitos.

5. Relatório anual do Conselho Estadual de Assistência Social. A conselheira Jucimeri relatou que, na reunião do mês de novembro, foi deliberado, para a secretaria executiva elaborar

roteiro de relatório das ações do Conselho em 2005, que deveria ser submetido para a aprovação em plenária, no qual, cada conselheiro encaminharia contribuições referente às atividades por comissão. A Sra. Maria Lúcia informou que não efetuou o referido roteiro em tempo para se colocar nesta reunião. A presidente informou que o material deve conter informações sobre as atividades dos conselheiros, pontuando, aonde se fizeram representar em nome do Conselho, pois, essas atividades ficam sem registros formais. A senhora Samira ratificou a importância desse relatório e se disponibilizou em ajudar na confecção do material, com a elaboração de uma planilha, contendo espaço para que os conselheiros preencham em cada mês suas atividades, enquanto conselheiro, objetivando o monitoramento e registro das atividades. Também os conselheiros Cícero, Maria Aparecida, Jucimeri e Terezinha, prontificaram-se em compor equipe de trabalho para elaborar o material. A secretária geral dos Conselhos, Maria Lúcia, relatou de sua consciência referente às responsabilidades da Secretária Executiva, porém, citou a dificuldade de operar com eficácia, tendo em vista que a sua equipe de trabalho é composta, em sua maioria, por estagiários, o que promove grande rotatividade de pessoas, limitando a seqüência do processo administrativo. Aproveitou o momento para pedir desculpas pelas falhas ocorridas. Continuando, agradeceu as pessoas que se disponibilizaram em colaborar na construção do relatório. Citou, ainda, que irá agendar reunião com o Sr. Emerson Nerone (Diretor Geral), para solicitar a liberação de verba suplementar para custeio de despesas dos conselheiros que irão colaborar nesse processo. A conselheira Jucimeri, informou que a NOB (Norma Operacional Básica da Assistência Social) determina a necessidade de estrutura de Secretaria Executiva. Assim, cada Conselho deve contar com estrutura específica e não estruturas de Secretarias Executivas compartilhadas com outros Conselhos, pois isso propicia fragilidade na execução de ações de apoio. Continuando, a conselheira propôs uma reunião da presidente Terezinha e uma Comissão composta pelas conselheiras Maria Aparecida e Samira, com o Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Padre Roque, afim de apresentar os trabalhos do CEAS na gestão 04/06, e aproveitar a oportunidade para expor a situação e carências da Secretaria Executiva. A proposta foi colocada em votação e aprovada. A presidente posicionou o reconhecimento pelo empenho e a qualificação da Sra. Maria Lúcia, apesar das dificuldades. A presidente lembrou, mais

uma vez, que os conselheiros, forneçam informações de suas participações como representantes do CEAS, e enviem à Secretaria Executiva. A conselheira Jucimeri registrou a Comissão composta pelos conselheiros, Terezinha, José Cícero, Maria Aparecida, Jucimeri e Samira, como responsáveis pela elaboração de instrumentos para construção do relatório, com as informações referente, as suas participações enquanto conselheiros. A proposta foi apreciada, votada e aprovada pela plenária.

6. Posicionamento da Delegação do Paraná na V Conferência Nacional de Assistência Social.

A presidente Terezinha informou que a listagem de delegados para a V Conferência Nacional foi elaborada com os respectivos nomes dos participantes em ordem alfabética, constando código do localizador do voo para cada delegado. A secretária geral dos Conselheiros informou que haverá um ônibus, para o deslocamento dos delegados, do Hotel San Martin ao Aeroporto Internacional Afonso Pena (São José dos Pinhais), com horário de saída às 06:00 da manhã, do dia 04 de dezembro. A presidente Terezinha, comentou que o transporte via aérea para a V Conferência é uma conquista para o CEAS. A secretária geral dos Conselhos, Maria Lúcia, informou, ainda, que, pelo motivo do Conselho Nacional estar custeando a hospedagem dos delegados não governamentais, à partir do dia 05/12, será necessário que todos os delegados sejam hospedados em um hotel custeado pela SETP, no dia 04. Continuando, informou que os delegados não governamentais, no dia 05/12, serão transferidos para os hotéis determinados pelo CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social). Informou, também, que o retorno de Brasília-DF, será no dia 09 de dezembro, em dois horários: 13:45h e 19:25h. A conselheira Jucimeri, destacou alguns aspectos em relação a programação da V Conferência, como: SUAS (Sistema Único de Assistência Social) conquista da proteção social no Brasil; Controle Social; Política de Recursos Humanos; Financiamento da Assistência Social. A conselheira ainda informou que estará compondo mesa de debates em uma das oficinas, tendo como tema "Trabalhadores do Setor". Haverá, também, oficina com o tema "Representantes de Usuários na Política de Assistência Social". Destacou ainda os principais aspectos que podem comparecer no debate. O conselheiro Manuel sugere que, ao final de cada período, da manhã e tarde, nos dias da Conferência, a delegação do Paraná esteja se reunindo. A proposta foi aprovada. A conselheira Maria Aparecida ratificou a necessidade de participação dos delegados nas oficinas e,

principalmente, que elaborem os respectivos relatórios. A conselheira Jucimeri informou a previsão de reuniões do CRESS e do CFESS (Conselho Federal das Escolas de Serviço Social) durante a Conferência Nacional. A conselheira Denise informou que a SETP estará custeando a participação de um representante do FOREAS (Fórum Estadual de Assistência Social), na V Conferência Nacional.

7. Informes Gerais;

A conselheira Denise apresentou planilha de habilitação dos municípios, relatando a situação atual, informando que dos 399 municípios do Estado do Paraná, as habilitações estão seguinte forma: 25 municípios em gestão plena, 105 em gestão básica e 269 em gestão inicial (anexo I). Informou também da migração de algumas entidades da área da assistência, para a Secretaria da Educação. A conselheira Denise informou que foi incluído a faixa etária de 0 à 3 anos no FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica). As entidades que estiverem inscritas no Censo Escolar, receberam à partir do ano de 2006, recursos do FUNDEB. A conselheira Denise, comprometeu-se em apresentar o levantamento de quais cidade não responderam o Plano de Municipal. Relatou também, que o ofício enviado à Secretaria de Educação, sobre a abolição do atestado de pobreza, foi deferido, ficando acordado que não mais se exigirá o atestado para acesso às escolas públicas, até a votação da lei no Congresso Nacional. Aproveitando, esclarecer uma ponto sobre o relatório de gestão. A conselheira Jucimeri, propôs um encaminhamento, às entidades que solicitaram um posicionamento referente ao "atestado de pobreza", e que o Conselho envie uma resposta sobre a conclusão do processo. Continuando, a conselheira, informou que está disponível, no site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome, uma nota técnica, referente ao funcionamento do CRAS. A Conselheira, informou, sobre o Guia de Orientação – PSB (Proteção Social Básica), indicando como ponto de discussão na Comissão de Políticas Básicas. Informou, também, da dificuldade do repasse de informação sobre o requerimento do Tribunal de Contas, da Certidão Negativa de Débito, impossibilitando o fechamento do convênio dos municípios com o Estado. A conselheira Denise informou que, dos 22 CRAS, 6 unidades já foram quitadas. A conselheira Jucimeri informou, que está sendo feito o repasse para o financiamento dos CRAS, e deverá ser anotado, em relatório, de repasse do Fundo à Fundo. A presidente Terezinha, solicitou que a Comissão de Comunicação proceda a devida divulgação, nos meios de comunicação, do repasse do financiamento. A conselheira Denise

informou que o CEDCA (Conselho Estadual do Direito da Criança e do Adolescente) e o CONSEA (Conselho Estadual de Segurança Alimentar), estarão realizando Conferências Regionais, bem como, processo eleitoral para representação regional, aos moldes realizados pelo CEAS. A conselheira Maria Aparecida informou que na sua região haverá Conferência Regional do Conselho do Idoso, no mês de dezembro de 2005. A conselheira Denise informou que, em função de 2006 ser um ano eleitoral, houveram mudanças no calendário das conferências regionais e municipais dos Conselhos do Direito do Idoso. A Conferência Estadual do CEDI, deverá ocorrer no mês de março. A Conferência Nacional deverá ocorrer no mês de junho. Continuando a conselheira Denise, relatou a publicação da Portaria da CIT (Comissão Intergestora Tripartite), determinando a devolução, ao Fundo Federal, dos saldos estaduais que não foram gastos. Deverá ser devolvido os recursos de capacitação do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). A conselheira Denise informou que haverá uma reunião da CIT, no dia 16 de dezembro, em Brasília-DF, onde deverá ser proposto a definição da partilha pelo próprio Estado.

8. Calendário de 2006;

A presidente Terezinha colocou em discussão o calendário das reuniões do ano de 2006. A conselheira Denise, informou que não há previsão de liberação de orçamento antes de fevereiro/2006, o que, possivelmente, impossibilita o custeio das despesas de viagem dos conselheiros de outras cidades do Estado, para participação de reunião. Assim, sugere que a reunião de fevereiro tenha sua realização na terceira semana nos dias 16 e 17, e a reunião de março para a segunda semana de março nos dias 9 e 10. Outra proposta seria a realização nos dias 8, 9 e 10 março. A conselheira Denise propôs que, para a reunião de março seja feito um convite para que a CIB (Comissão Intergestora Bipartite), com a finalidade de apresentar um roteiro dos municípios que foram habilitados. A plenária aprovou que a reunião de março tenha sua realização nos dias 8, 9 e 10, ficando, também decidido que a Comissão para elaboração do Plano Estadual, realizará uma reunião extraordinária em fevereiro, sem data pré – estabelecida, porém, a ser convocada no início do mês, pela Secretaria Executiva.

9. Encerramento;

A presidente Terezinha, para finalizar, informou sobre o jantar de confraternização para todos os conselheiros que no hotel San Martin. Antes de encerrar a reunião, conselheiro Cícero pediu a palavra para fazer um agradecimento em nome dos conselheiros

não governamentais, ressaltando o bom relacionamento entre todos, independente do segmento que representam, o que trouxe harmonia no tratamento das atividades. Simbolizou o reconhecimento e agradecimento aos não governamentais, através da indicação da conselheira Jucimeri, que foi presenteada, personificando esse reconhecimento aos governamentais. A conselheira Denise repassou à presidente, uma publicação de um grupo de pesquisa, mapeando os Conselhos Municipais do Estado do Paraná. A conselheira Jucimeri agradeceu a indicação e relatou que a esta gestão do CEAS, tem por objetivo, participação cidadã com autonomia, sendo, que essa participação é uma conquista, garantindo a governabilidade sem deixar de lado os compromissos ético – políticos da sua profissão. A presidente propôs que seja elaborado um arquivo fotográfico / painel do CEAS para registrar os componentes de cada gestão. Encerrando a reunião, a Presidente Terezinha agradeceu a presença de todos. A presente ata foi digitada por Carlos Alexandre Iung, auxiliar da Secretaria Executiva do Conselhos/SETP, lavrada por mim, Maria Lúcia Massuchetto, Secretaria Geral dos Conselhos.